

Desenvolvimento e Educação: polissemia de conceitos e complexidade de articulações

João Caramelo & Alexandra Sá Costa, CIIE - FPCEUP

No curso do último século a noção de desenvolvimento instaurou-se como uma poderosa “estrutura mental” (Esteva, 1992) produtora de regimes de verdade sobre a condição e o devir de sujeitos e dos contextos em que estes existem e agem, bem como sobre as relações entre países e territórios e constituiu-se ainda como referente de práticas sociais diversas, entre as quais a educação.

Neste processo, o “desenvolvimento” tornou-se reconhecidamente um dos mais controversos conceitos utilizados nas Ciências Sociais, associado a diversas teorias da mudança social.

Situando o seu aparecimento no contexto do fim da segunda guerra mundial e concomitante com o processo de descolonização, Amaro (2003: 40) refere que “boa parte da produção teórica inicial sobre «desenvolvimento» visava a evolução desses países, pelo que o conceito apareceu quase sempre ligado à resolução dos chamados «problemas e vícios do subdesenvolvimento»”. Neste contexto o que o caracteriza é a sua interdependência, e quase justaposição, ao conceito de “crescimento económico”, considerando-se frequentemente o processo contínuo de aumento da produção de bens e serviços como a condição necessária e suficiente do desenvolvimento, de que dependiam as melhorias de bem estar da população, a todos os outros níveis (educação, saúde, habitação, relações sociais, sistema político, valores culturais, etc.).

Baseado nesta concepção de desenvolvimento, e decorrente do predomínio das Teorias do Capital Humano, o binómio Educação-Desenvolvimento foi sendo construído tendo por base a ideia de que a mais educação corresponderia, necessariamente, um maior e melhor desenvolvimento. Inerente a este binómio está uma identificação, por um lado, da educação com a escolarização e, por outro, do desenvolvimento com o crescimento económico. Assim, a ênfase era colocada na educação escolar e a escolarização vista como factor de progresso e desenvolvimento económico.

No entanto, a partir dos anos 1970, assiste-se a mudanças na conceptualização do desenvolvimento, nomeadamente com a introdução de novos referentes tais como a multidimensionalidade (recusa de uma leitura disciplinar e valorização de uma visão interdisciplinar); mudança de enfoque (da satisfação das necessidades para a realização das capacidades das pessoas); íntima relação com conceito e processos de cidadania que exigem metodologias participativas de intervenção; uma nova relação com a natureza; redefinição das bases territoriais, passando do Estado-nação para outros níveis ou escalas (supranacional, transnacional e local); associação a múltiplos protagonistas (a todos os cidadãos e nas suas diversas formas e modelos organizativos) e não apenas ao Estado e empresas numa lógica de distribuição de riqueza. Ao mesmo tempo, assiste-se no campo teórico e das práticas sociais à rotura com concepções estritamente escolarizadas do educativo e à “descoberta” de novos sujeitos, tempos, espaços e modos de ação educativa que necessariamente introduzem novas questões e novos modos de

formular as relações entre educação e desenvolvimento.

Com esta comunicação pretende-se assim contribuir com elementos para a reflexão acerca da natureza das relações entre educação e desenvolvimento, bem como sobre alguns dos desafios que importa considerar na construção de uma relação entre educação e desenvolvimento que possa ser mutuamente qualificante.

Développement et Education : polysémie de concepts et complexité d'articulations

—
João Caramelo & Alexandra Sá Costa, CHIE - FPCEUP

Durant le siècle dernier, la notion de développement s'est instaurée comme une puissante "structure mentale" (Esteve, 1992), productrice de régimes de vérité sur la condition et le devenir des sujets et des contextes dans lesquels ceux-ci existent et agissent ainsi que sur les relations entre pays et territoires, et s'est constituée en outre comme référent de pratiques sociales diverses, entre autres de l'éducation.

Dans ce processus, le "développement", qui a été associé à diverses théories du changement social, est devenu notoirement l'un des concepts, utilisés dans les sciences sociales, les plus controversés.

Situant son apparition dans le contexte de la fin de la deuxième guerre mondiale et en concomitance avec le processus de décolonisation, Amaro (2003: 40) mentionne "qu'une bonne partie de la production théorique initiale sur le «développement» visait l'évolution de ces pays, c'est pourquoi le concept a presque toujours été lié à la résolution desdits «problèmes et vices du sous-développement»". Dans ce contexte, ce qui le caractérise est son interdépendance du concept de la "croissance économique", sa quasi juxtaposition avec celui-ci, ce qui a conduit à considérer bien souvent le processus continu d'augmentation de la production de biens et services comme la condition nécessaire et suffisante du développement dont dépendaient les améliorations du bien-être de la population à tous les autres niveaux (éducation, santé, logement, relations sociales, système politique, valeurs culturelles, etc.).

Basé sur cette conception de développement et découlant de la prédominance des théories du capital humain, le binôme éducation-développement a été construit peu à peu en partant de l'idée qu'à un plus haut niveau d'éducation devait nécessairement correspondre un plus grand et un meilleur développement. D'où l'identification, inhérente à ce binôme, d'une part, de l'éducation à la scolarisation et, de l'autre, du développement à la croissance économique. De ce fait, l'accent était mis sur l'éducation scolaire et la scolarisation envisagée comme un facteur de progrès et de développement économique.

Cependant, à partir des années 1970, des changements se sont produits dans la conceptualisation du développement, notamment par le biais de l'introduction de nouveaux référents tels que la multidimensionnalité (le refus d'une lecture disciplinaire et la valorisation d'une vision interdisciplinaire) ; un changement de perspective (de la satisfaction des besoins à la réalisation des capacités personnelles) ; une relation intime avec le concept et les processus de citoyenneté qui exigent des méthodologies participatives d'intervention ; une nouvelle relation avec la nature ; la redéfinition des bases territoriales, en passant de l'État-nation à d'autres niveaux ou échelles (supranationale, transnationale et locale) ; l'association à de multiples acteurs (à tous les citoyens et dans leurs divers formes et modèles d'organisation) et pas seulement à l'État et aux entreprises dans une logique de distribution de richesse. Dans le même temps,

il s'est produit une rupture, sur le plan théorique et des pratiques sociales, avec des conceptions strictement scolarisées de l'éducatif/l'éducation ainsi que la "découverte" de nouveaux sujets, temps, espaces et modes d'action éducative qui introduisent nécessairement de nouvelles questions et de nouveaux modes de formulation des relations entre l'éducation et le développement.

Par cette communication, nous souhaitons apporter des éléments à la réflexion sur la nature des relations entre l'éducation et le développement, ainsi que sur certains des défis qu'il convient de prendre en compte dans la construction d'une relation entre l'éducation et le développement susceptible d'être mutuellement qualifiante.